

# FNS responsabiliza prefeituras

NEIDSON NEVES

**Fundação diz que só terá estrutura para atender aldeias Tembê se os prefeitos assinarem convênios**

A solução para os problemas de atendimento de saúde indígena depende de convênios da Fundação Nacional de Saúde com as prefeituras. Caso esses convênios não sejam viabilizados, nada poderá ser feito. Esse foi o recado dado ontem na reunião entre a Coordenadoria da FNS com lideranças indígenas no auditório da Fundação. O alerta foi dado pela médica Heloísa Maceliana, que é a responsável pelo setor de saúde indígena da FNS. Segundo ela, as prefeituras tinham até ontem para fechar esses convênios. O coordenador da Fundação, Manoel da Luz, corrigiu a informação, garantindo que até o final do ano a Fundação Nacional de Saúde já terá fechado convênio com todos os municípios habitados pelas tribos indígenas do Alto Rio Guamá e Alto Turiaçu.

Os convênios permitirão a contratação de funcionários especializados e a compra de equipamentos e medicamentos de forma mais rápida e menos burocrática, já que a Fundação Nacional de Saúde é impedida legalmente de contratar funcionários.

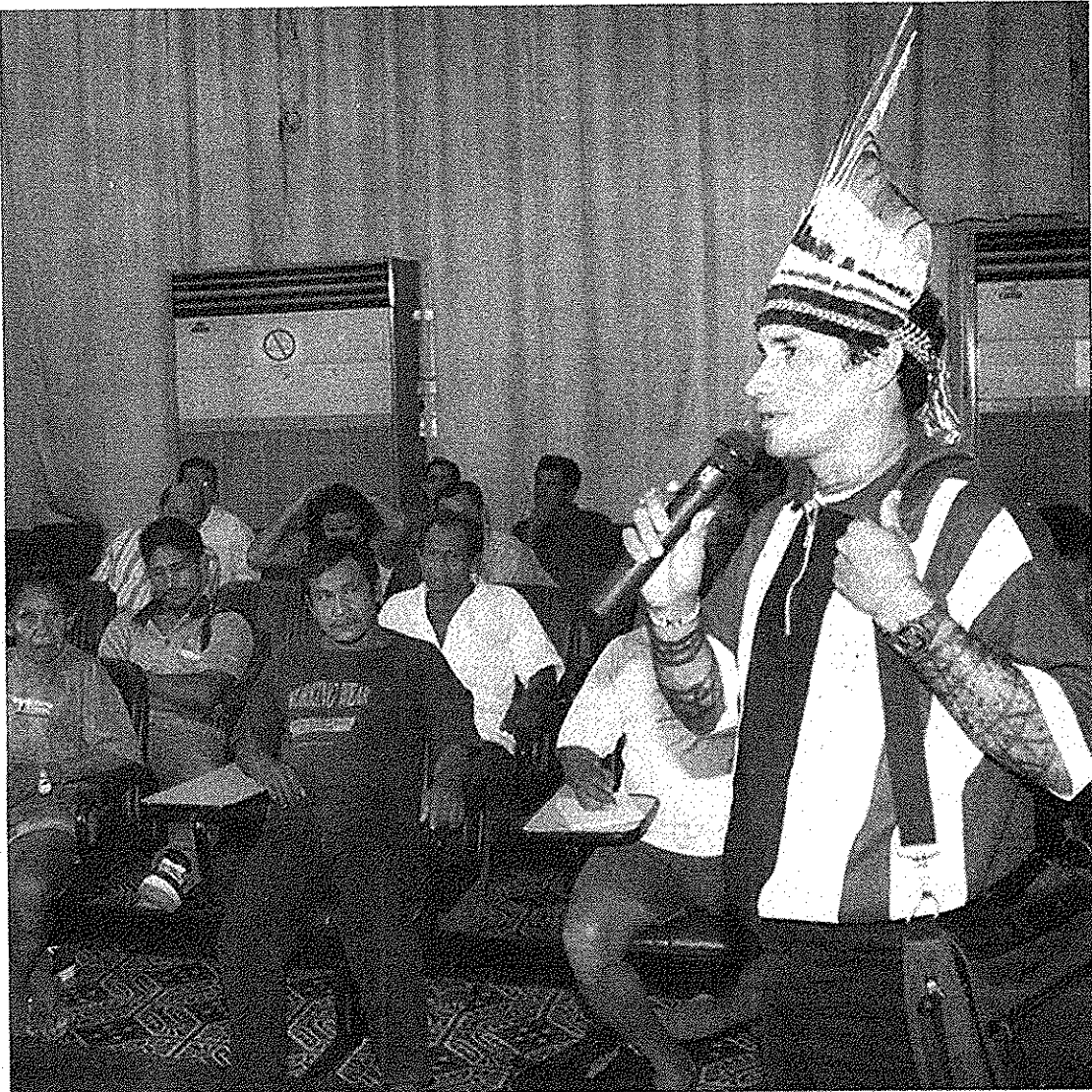
Segundo o coordenador da FNS, Manoel da Luz, os municípios que terão o convênio firmado serão Paragominas, Ourém, Tucuruí, Jacareacanga e Altamira. O município de Redenção já fechou o convênio

com a Fundação. "Esse problema não pode ser viabilizado a curto prazo", diz ele.

A reunião entre as lideranças indígenas e a coordenação da FNS durou toda a manhã. Os caciques das aldeias Gurupiuna, Aracatiwa, Cajueiro, Sítio Novo, Água Preta, Rabo de Mucura, Canindé, Bate Vento, Cocalzinho, Tekohaw e aldeias do Alto Rio Guamá entregaram à coordenação da Fundação, uma lista com uma série de reivindicações específicas de cada aldeia. Todas referem-se a deficiências na questão da saúde (leia quadro).

"Precisamos de mais medicamentos, mais pessoas dentro da aldeia para tratar nossos doentes", disse o cacique Valdemar, uma liderança kaaapor.

Paramentado com um cocar, o único na reunião, o cacique tembê Sergio Muxi era só reclamações. "A gente não foi comunicado do processo de mudança do atendimento da Funai para a FNS". Muxi atentava para o fato de que a questão do atendimento não passa pela falta de verba. "Há recursos, o que tá faltando é a boa vontade das pessoas. A Funai tinha um atendimento precário do ponto de vista financeiro, mas fazia, não tinha tanta demora. Hoje quando se pede uma viatura para se trazer um doente até Belém, há uma de-



O cacique Sérgio Muxi diz, na FNS: há recursos, mas falta boa vontade para atender os

mora de até três dias. A situação piorou com a FNS. Não tem comunicação".

A médica Heloísa Maceliana esclareceu, através de transparências e um rápido relatório, que a Fundação está cumprin-

do a parte que lhe cabe. "Em muitas aldeias ficou definido que atuaria um agente de saúde, escolhido pelos próprios índios. Poucas enviaram".

Para o procurador geral da República Ubiratan Cazetta, as

reivindicações indígenas demonstram que houve um avanço democrático. "Isso significa que há um controle social, ou seja, a população está cobrando efetivamente pelo serviço, esse é o ponto favorável".

## Técnico quer índios no SUS

A reivindicação indígena baseia-se na mudança estruturada pelo Governo Federal em relação ao atendimento de saúde do índio. Há quem defenda que, por receber um tratamento diferenciado na Constituição Federal, o índio deve também ser tratado de forma diferente no atendimento de saúde. A FNS defende a inclusão do atendimento dentro do Sistema Único de Saúde. "O nome já diz tudo, é Sistema Único de Saúde", diz Manoel da Luz.

No meio desse conflito há a determinação de quem vai ficar com a tutela indígena. Antes, todo o trabalho era efetivado pela Fundação Nacional do Índio, a Funai. A FNS, até então, controlava quase tudo que estava no âmbito da saúde. Agora, com a municipalização da saúde, uma das prerrogativas do Governo, a FNS perdeu muito de sua abrangência

e força. Os índios tornaram-se assim, um dos principais focos de atuação do órgão.

A mudança está sendo efetuada aos poucos. Há três meses, a FNS passou a fazer o atendimento indígena. Esbarra ainda na própria inexperiência. Não tem, por exemplo, um antropólogo que trate diretamente com os índios. Outra dificuldade é a resistência de muitos funcionários a ir fazer o trabalho de campo. "É trabalho de escritório", diz o cacique Sergio Muxi, que diz ter passado por uma situação terrível por causa dessa política incipiente. Na tribo Tembê, na divisa Pará/Maranhão, moram 1.200 índios. Lá atuam apenas três auxiliares de enfermagem, para atender a 13 aldeias. Em uma delas com 300 índios, uma epidemia atingiu a todos. "Já morreram 11 índios em três meses, vítimas de malária e sarampo", afirma.

## Procurador exige indenização

Além dos problemas assistenciais de saúde, os índios do Alto Rio Guamá enfrentam problemas com as madeiras. Os 278 mil hectares da reserva indígena são foco de cobiça da exploração de madeiras. Por causa disso, o procurador Ubiratan Cazetta está formulando uma ação indenizatória para os índios por terem sido vítimas dessa exploração. "Com o dinheiro queremos que toda a área do Alto Guamá seja auto-sustentável", afirma o promotor.

Segundo ele, a área indígena pode ser dividida em três partes. A primeira, que abrange Capitão Poço e Nova Esperança do Piriá, está completamente destruída.

A segunda parte, próxima à Estrada do Cristal, em Para-

gominas, já está sendo invadida. A terceira área, do Gurupi Canindé, por ter um acesso difícil, é a única que por enquanto ainda está protegida.

Na região, há muitas vezes um acordo tácito entre as prefeituras e os madeireiros. Estes incentivam as invasões de terras por posseiros e estimulam a extração de madeira, vendida barata às madeireiras. As prefeituras, cabe a construção, por exemplo, de escolas, o que garante verbas do Fundef, o Fundo da Educação. Em municípios que quase não têm de onde tirar dinheiro, essa é uma alternativa atraente. "Os posseiros vivem da extração de madeira e de pequenas plantações", diz Cazetta.